



MGEN Distribuição de Seguros, S.A

**Relatório & Contas
2023**

RELATORIO DE GESTÃO

Período findo em 31 de dezembro de 2023

A fim de darmos cumprimento aos preceitos legais e à prestação de contas aos acionistas da empresa, vem o Conselho de Administração da *MGEN Distribuição de Seguros, S.A.*, anteriormente designada Europamut, S.A. apresentar o Relatório de Gestão referente à atividade e evolução da sociedade no período findo em 31 de dezembro de 2023, às perspetivas futuras e à proposta de aplicação de resultados para aquele período.

1 - Enquadramento Económico

O ano de 2023 pode ser dividido em 3 categorias, economia, guerras e alterações climáticas.

Para muitos, a evolução da economia em 2023 foi uma surpresa. A ameaça das elevadas taxas de inflação registadas em 2022 fazia temer o pior. Historicamente, períodos de elevada inflação são seguidos por períodos de recessão, diminuição drástica da atividade económica e subida do desemprego. No entanto, a recuperação das cadeias logísticas, a diminuição da procura por bens de consumo, as políticas financeiras e monetárias adotadas pelos bancos e a estagnação dos salários permitiram abrandar a inflação. O mundo parece ter afastado o cenário de recessão, substituindo-o por uma “soft-landing”. Para os restantes indicadores, a palavra de ordem foi “abrandamento”, a atividade económica abrandou, o crescimento do PIB da maioria dos países abrandou e o mercado de trabalho abrandou.

Na segunda categoria, guerras, aconteceu o esperado e o inesperado. Como era expetável a guerra na Ucrânia permaneceu o ponto central de grande parte de 2023. O conflito atingiu um novo impasse após a contraofensiva ucraniana ter nutrido poucos ganhos sendo que a Rússia manteve a sua política de bombardeamento indiscriminado. Do lado do inesperado, o mundo assistiu ao reacender de um conflito histórico no médio oriente. A invasão de Israel pelo Hamas despoletou uma contraofensiva na Faixa de Gaza que se materializou numa invasão por parte das forças israelitas e no bombardear incessante do território palestino. Ao contrário da guerra na Ucrânia, em que a resposta pró-Ucrânia foi praticamente total, o conflito no médio oriente gerou ondas de controvérsia que se alastraram um pouco por todo o mundo. Líderes mundiais tomaram posições opostas, foram levantadas questões sobre crimes de guerra de parte a parte e alastraram-se manifestações populares pró-palestinas em vários países. Este conflito armado, que se tornou também num conflito de opiniões, fez aumentar as divisões religiosas em algumas regiões, com relatos de ataques e de um aumento generalizado do sentimento antissemita. No meio da escala destes conflitos é de lembrar que 2023 viu ainda dois golpes de estado militares, um no Níger e outro no Gabão.

Por fim, na categoria alterações climáticas, o mundo ardeu, tremeu e também inundou, naquele que foi o ano mais quente desde que há registo. A preocupação com as alterações climáticas aumentou à medida que várias regiões do globo se viram a braços com condições meteorológicas cada vez mais extremas.

nível nacional

O Banco de Portugal registou um crescimento de 6,8% do PIB português em 2022. Para 2023 os dados indicam um crescimento de 2,1%, uma quebra de 4,7 pontos percentuais. Embora o ano tenha começado forte, o segundo e terceiro trimestres trouxeram um estagnar da atividade económica que se manteve até ao final. Esta quebra está intrinsecamente ligada ao abrandar de atividade dos parceiros económicos de Portugal tendo-se registado uma descida da procura externa. Adicionalmente, a política monetária mais apertada afetou as condições de financiamento das empresas e investidores. Com as quebras sentidas, foi o turismo que sustentou o fraco crescimento português em 2023, bem como os fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quanto ao indicador que mais preocupava os especialistas, a inflação, também sofreu uma quebra causada pela normalização da oferta, pela política monetária e pelo abrandar da procura. Desta forma o FMI estima que, após um crescimento de 8,1% em 2022, a inflação tenha sido de apenas 5,3% em 2023. A Comissão Europeia é mais pessimista, apontando uma taxa de inflação de 5,5%. Embora ambas as instituições mencionem uma recuperação da estabilidade nos preços, é de lembrar que as taxas indicadas para 2023 continuam acima dos níveis desejados.

Um dos setores para o qual 2023 não foi um bom ano foi o da habitação. Com o elevado preço das casas, uma taxa de inflação a consumir o rendimento das famílias e a política monetária a fazer disparar as taxas de juro, as condições para compra de casa foram-se deteriorando. Segundo dados do INE, no primeiro trimestre de 2023 foram vendidas -20,8% casas do que em igual período de 2022, e no segundo trimestre foram vendidas -22,9% casas face ao período homólogo.

A maior quebra aconteceu na venda de casa a compradores com domicílio fiscal em Portugal a quem foram vendidas -2,8% casas do que no primeiro trimestre e -23,8% do que no período homólogo. No que toca a vendas a compradores com domicílio fiscal fora do território nacional, também houve uma quebra nas vendas, mas estes compradores representam agora 7,5% das vendas de casas efetuadas, a maior percentagem desde que o indicador começou a ser oficialmente acompanhado em 2019.

Em relação ao mercado de trabalho, em 2023 a taxa de desemprego sofreu um ligeiro aumento. Segundo dados do FMI, a taxa de 6,1% registada em 2022 aumentou para os 6,6%. No entanto, enquanto a taxa de desemprego subia, também a taxa de emprego cresceu. Segundo dados do Banco de Portugal, houve um aumento de 0,8% na taxa de emprego. Este comportamento paralelo dos dois indicadores deve-se a um aumento da população ativa. O salário médio deverá ter aumentado 7,5%.

Um dos fatores que mais afetou negativamente o crescimento de Portugal em 2023 foi a quebra das exportações. Depois de um crescimento de 17,4% em 2022, o crescimento ficou pelos 5,3% em 2023. Esta quebra acentuada deve-se principalmente à já mencionada quebra na atividade económica dos principais mercados externos.

2 - Evolução da atividade e da posição financeira da empresa

No período de 2023, os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 4.545.769,77 € representando um aumento de 43,3% relativamente ao ano anterior.

A evolução do volume de negócios apresenta-se abaixo:



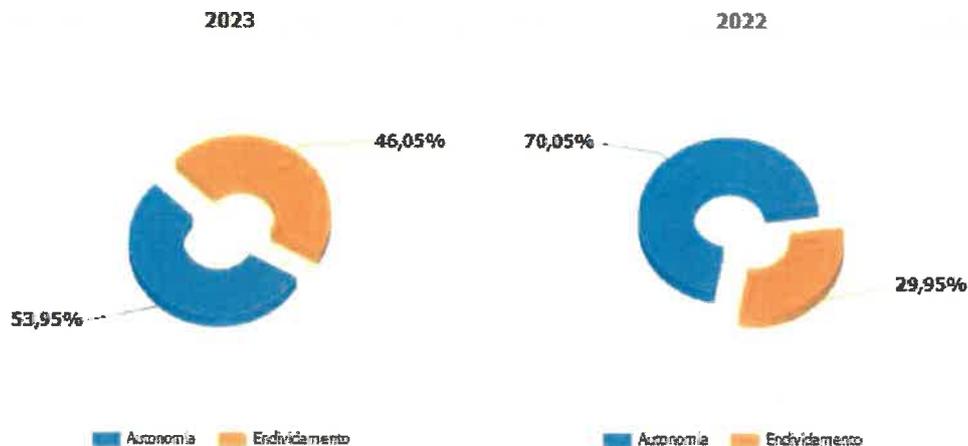
O aumento do volume de negócios em 2023 face a 2022 ficou a dever-se ao forte crescimento registado no número de novos aderentes da carteira de seguros de saúde da MGEN.

Em termos globais, o número total de pessoas protegidas em seguros de saúde MGEN registou em 2023 um aumento líquido de 21.537 novos aderentes face a 2022, totalizando uma população total de 90.139 pessoas seguras.

Do ponto de vista económico, a empresa apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado líquido:

	2023	2022
Resultado líquido do período	728.293,99 €	596.063,53 €
EBITDA	984.357,95 €	822.458,95 €

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



3 – Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de dezembro de 2023.

4 – Evolução previsível da sociedade

Continuam a ser desenvolvidos esforços comerciais para intensificar o desenvolvimento da atividade no segmento de PME e GEN. Da análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2024 a nossa perspetiva é de que o ano continuará a ser de grande crescimento.

5 – Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 – Gestão de Riscos

A empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela empresa.

7 – Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de 728.293,99 € seja transferido para resultados transitados.



8 – Outras informações

A MGEN Distribuição de Seguros, S.A não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias, não sendo a empresa detentora de ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

Lisboa, 27 de maio de 2024

O Conselho de Administração

Rose Casadevall Tourbe
Presidente

Ricardo Fernandes Antunes Raminhos
Administrador

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

1- Relação dos membros do órgão de administração e respetivas ações:

Os membros do órgão de administração não detêm ações da Empresa.

Lisboa, 27 de março de 2024

O Conselho de Administração



Rose Casadevall Tourbe
Presidente



Ricardo Fernandes Antunes Raminhos
Administrador



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	503 799,42	182 136,43
Ativos intangíveis	8	-	-
Outros investimentos financeiros		17 962,45	18 102,31
		<u>521 761,87</u>	<u>200 238,74</u>
Ativo corrente			
Clientes	6	530 596,25	-
Outros créditos a receber	12	491 998,35	304 979,07
Diferimentos	14	33 159,66	7 907,45
Caixa e depósitos bancários	5	2 090 817,33	1 476 846,75
		<u>3 146 571,59</u>	<u>1 789 733,27</u>
Total do Ativo		<u><u>3 668 333,46</u></u>	<u><u>1 989 972,01</u></u>
Capital Próprio			
Capital subscrito	9	50 010,00	50 010,00
Outros instrumentos de capital próprio	9	2 957 900,65	2 957 900,65
Resultados transitados		(1 756 999,64)	(2 209 913,17)
Resultado líquido do período		728 293,99	596 063,53
Total do Capital Próprio		<u><u>1 979 205,00</u></u>	<u><u>1 394 061,01</u></u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	-	15 918,55
		<u>-</u>	<u>15 918,55</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		86 659,47	37 806,07
Estado e outros entes públicos	11	149 238,16	127 778,41
Financiamentos obtidos	13	32 391,64	9 546,33
Outras dívidas a pagar	12	1 420 839,19	404 861,64
		<u>1 689 128,46</u>	<u>579 992,45</u>
Total do Passivo		<u><u>1 689 128,46</u></u>	<u><u>595 911,00</u></u>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<u><u>3 668 333,46</u></u>	<u><u>1 989 972,01</u></u>

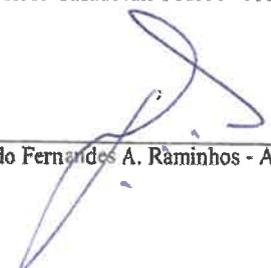
Lisboa, 27 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Marta Cristina Dias Lourenço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Rose Casadevall Tourbe - Presidente


Ricardo Fernandes A. Raminhos - Administrador



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	15	4 545 769,77	3 171 154,71
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 293 927,86)	(955 089,72)
Gastos com o pessoal	17	(2 207 915,65)	(1 311 591,32)
Outros rendimentos	18	65 236,97	878,19
Outros gastos	18	(124 805,28)	(82 892,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		984 357,95	822 458,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(66 224,52)	(67 148,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		918 133,43	755 310,55
Juros e gastos similares suportados	19	(1 933,66)	(1 751,19)
Resultado antes de impostos		916 199,77	753 559,36
Imposto sobre o rendimento do período	10	(187 905,78)	(157 495,83)
Resultado líquido do período		728 293,99	596 063,53
Resultado por ação básico		72,81	59,59

Lisboa, 27 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Marta Cristina Dias Lourenço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Rose Casadevall Tourbe - Presidente


Ricardo Fernandes A. Raminhos - Administrador



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período de 2023 (Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2023</i>	6	50 010,00	2 957 900,65	(2 209 913,17)	596 063,53	1 394 061,01
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	452 913,53	(596 063,53)	(143 150,00)
<i>Resultado Líquido do Período</i>	8	-	-	452 913,53	(596 063,53)	(143 150,00)
<i>Resultado Integral</i>	9 = 7 + 8	-	-	-	728 293,99	728 293,99
<i>Posição no Fim do Período 2023</i>	6 + 7 + 8 + 9	50 010,00	2 957 900,65	(1 756 999,64)	728 293,99	1 979 205,00

Lisboa, 27 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Marta Cristina Dias Lourenço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rose Casadevall Tourbe - Presidente

Ricardo Fernandes A. Raminhos - Administrador



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período de 2022 (Valores expressos em euros)

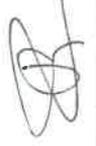
Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2022	1	50 010,00	2 957 900,65	(2 511 997,22)	400 415,10	896 328,53
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	302 084,05	(400 415,10)	(98 331,05)
Resultado Líquido do Período	3	-	-	302 084,05	(400 415,10)	(98 331,05)
Resultado Integral	4 = 2 + 3	-	-	-	596 063,53	596 063,53
Posição no Fim do Período 2022	6 = 1 + 2 + 3 + 5	50 010,00	2 957 900,65	(2 209 913,17)	195 648,43	497 732,48
					596 063,53	1 394 061,01

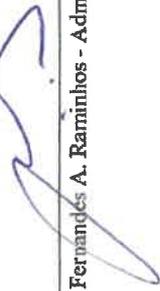
Lisboa, 27 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Marta Cristina Dias Lourenço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Rose Casadevall Tourbe - Presidente


Ricardo Fernandes A. Raminhos - Administrador



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2 893 373,53	2 601 531,93
Pagamentos a fornecedores		(1 618 258,47)	(1 067 556,23)
Pagamentos ao pessoal		(1 037 591,60)	(629 495,67)
Caixa gerada pelas operações		<u>237 523,46</u>	<u>904 480,03</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(201 418,83)	(107 501,82)
Outros recebimentos/pagamentos		942 985,65	(90 703,06)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>979 090,28</u>	<u>706 275,15</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(369 762,83)	(60 676,70)
Investimentos financeiros		(2 309,16)	(4 135,05)
		<u>(372 071,99)</u>	<u>(64 811,75)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 959,19	90,31
		<u>1 959,19</u>	<u>90,31</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>(370 112,80)</u>	<u>(64 721,44)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		12 159,30	-
		<u>12 159,30</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5 232,54)	(667,59)
Juros e gastos similares		(1 933,66)	(1 751,19)
		<u>(7 166,20)</u>	<u>(2 418,78)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		<u>4 993,10</u>	<u>(2 418,78)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>613 970,58</u>	<u>639 134,93</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	<u>1 476 846,75</u>	<u>837 711,82</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>2 090 817,33</u>	<u>1 476 846,75</u>

Lisboa, 27 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Marta Cristina Dias Lourenço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Rose Casadevall Tourbe - Presidente


Ricardo Fernandes A. Raminhos - Administrador



MGEN
Distribuição de Seguros, S.A.

MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A MGEN Distribuição de Seguros S.A. (“Empresa”), anteriormente designada Europamut, S.A. é uma sociedade anónima constituída por escritura pública de 16 de março de 2009, que tem a sua sede social na rua Castilho, n.º 39 – 12.º H em Lisboa. A sua atividade principal consiste na mediação de seguros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho, incluindo a Declaração de Retificação n.º 918/2015 (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Foram utilizados os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. Designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as notas n.º 1 à n.º 4. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à Empresa ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos de 2023 e de 2022.

A partir da nota n.º 5, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que sejam aplicáveis à Empresa e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2022.



seguros
de vida

MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Em virtude de as NCRF'S terem sido adotadas pela primeira vez em 2010, esta nota perdeu relevância para os períodos em análise.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são reconhecidos como tal, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (Método das quotas constantes), numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifício e Outras Construções	10
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 8

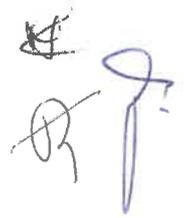
Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente programas de computadores e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta (Método das quotas constantes), numa base duodecimal, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Imparidade dos ativos não correntes

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

d) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro atualmente vigente nas NCRF, o custo do ativo é registado no Ativo, a correspondente responsabilidade é registada no Passivo na rubrica de “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respetivo contrato de locação.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

e) Custos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo.

f) Instrumentos financeiros

i. Clientes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações de devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado recuperar e do montante coberto por seguros de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). Os financiamentos obtidos são apresentados no passivo corrente.

iii. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e as outras dívidas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo).

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

h) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

i) Impostos sobre o rendimento do período

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17 % sobre a matéria coletável até 50.000 Euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a segurança social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais aquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

j) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. Os réditos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período com referência à fase de acabamento da prestação do serviço à data do balanço.

k) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e são tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ações

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

4.3 Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

4.4 Pressupostos na preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.5 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.



As estimativas e julgamentos, quando aplicável, são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

5. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de caixa e depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa:		
Caixa Sede	131,51	397,39
	131,51	397,39
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	2 090 685,82	1 476 449,36
	2 090 685,82	1 476 449,36
Total Caixa e Depósitos bancários	2 090 817,33	1 476 846,75

Não existiam saldos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso em 31 de dezembro de 2023.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Remunerações da pessoal chave da gestão

O Conselho de Administração é composto por 2 membros, sendo um dos membros remunerado. Em 2023 foi remunerado em 185.755,24 euros.

Não existem pagamentos com base em ações.

6.2 Transações entre partes relacionadas

A Empresa relaciona-se com as seguintes partes relacionadas:

Partes relacionadas

Acionistas

Mutuelle Generale de l' Education Nationale

Pessoal chave da gestão da empresa

Rose Casadevall Tourbe - Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Fernandes Antunes Raminhos - Administrador



Seguros

MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

a) Transações e saldos pendentes

No decurso do presente ano, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Transações			Saldos		
	Prestação de serviços	Outros Rendimentos	Seguros Pessoal	Clientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar
Acionistas						
Mutuelle Generale de l'Education Nationale	4 545 769,77	65 000,00	95 972,82	530 596,25	350 857,30	1 123 972,55
TOTAL	4 545 769,77	65 000,00	95 972,82	530 596,25	350 857,30	1 123 972,55

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e Outras Construções	10 anos	10,00%
Equipamento de transporte	8 anos	12,50%
Equipamento administrativo	3 - 8 anos	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 8 anos	12,50% - 20,00%



12/23

MGEN Distribuição de Seguros, S.A.**Anexo em 31 de dezembro de 2023**

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis, apresenta-se como segue:

	2023					
	Edifícios e Outras Construções	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Out. Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 1.01.2023	59 676,30	42 484,76	303 632,58	24 907,11	0,00	430 700,75
Adições	-	-	67 608,85	10 806,78	309 471,88	387 887,51
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Transferência e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	59 676,30	42 484,76	371 241,43	35 713,89	309 471,88	818 588,26
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 1.01.2023	(6 186,41)	(23 455,15)	(203 016,11)	(15 906,65)	0,00	(248 564,32)
Adições	(5 967,63)	(5 310,60)	(51 572,76)	(3 373,53)	-	(66 224,52)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Transferência e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	(12 154,04)	(28 765,75)	(254 588,87)	(19 280,18)	0,00	(314 788,84)
VALOR LÍQUIDO	47 522,26	13 719,01	116 652,56	16 433,71	309 471,88	503 799,42

O valor das adições de 2023 dos investimentos em curso diz respeito às obras das novas instalações.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis, apresenta-se como segue:

	2022				TOTAL
	Edifícios e Outras Construções	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Out. Ativos Fixos Tangíveis	
ATIVO BRUTO:					
Saldo em 1.01.2022	26 257,43	42 484,76	270 778,27	23 215,84	362 736,30
Adições	33 418,87	-	32 854,31	1 691,27	67 964,46
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Ativos detidos para venda	-	-	-	-	-
Transferência e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	59 676,30	42 484,76	303 632,58	24 907,11	430 700,75
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 1.01.2022	(3 282,18)	(18 144,55)	(147 527,42)	(12 696,73)	(181 650,88)
Adições	(2 904,23)	(5 310,60)	(35 488,69)	(3 209,92)	(66 913,44)
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Ativos detidos para venda	-	-	-	-	-
Transferência e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	(6 186,41)	(23 455,15)	(203 016,11)	(15 906,65)	(248 564,32)
VALOR LÍQUIDO	53 489,89	19 029,61	100 616,47	9 000,46	182 136,43

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes os saldos relativos a depreciação acumulada do ativo fixo tangível por classe:

Depreciação acumulada	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e Outras Construções	12 154,04	6 186,41
Equipamento de transporte	28 765,75	23 455,15
Equipamento administrativo	254 588,87	203 016,11
Outros ativos fixos tangíveis	19 280,18	15 906,65
TOTAL	314 788,84	248 564,32

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

As bases de mensuração, bem como o método de amortização utilizado pela Empresa na valorização dos seus ativos intangíveis, encontram-se divulgados no ponto 4.1, alínea b) acima.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas
Programas de computador	37 144,89	37 144,89	37 144,89	37 144,89
	<u>37 144,89</u>	<u>37 144,89</u>	<u>37 144,89</u>	<u>37 144,89</u>

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

Amortizações do exercício	2023	2022
Programas de computador	-	234,96
	<u>-</u>	<u>234,96</u>

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2023 são os que se seguem:

	2023	
	Software	TOTAL
ATIVO BRUTO:		
Saldo em 1.01.2023	37 144,89	37 144,89
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo em 31.12.2023	<u>37 144,89</u>	<u>37 144,89</u>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:		
Saldo em 1.01.2023	(37 144,89)	(37 144,89)
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo em 31.12.2023	<u>(37 144,89)</u>	<u>(37 144,89)</u>
VALOR LÍQUIDO	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

SOCIETY
INSURANCE**MGEN Distribuição de Seguros, S.A.****Anexo em 31 de dezembro de 2023**

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2022 são os que se seguem:

	2022	
	Software	TOTAL
ATIVO BRUTO:		
Saldo em 1.01.2022	37 144,89	37 144,89
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo em 31.12.2022	37 144,89	37 144,89
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:		
Saldo em 1.01.2022	(36 909,93)	(36 909,93)
Adições	(234,96)	(234,96)
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo em 31.12.2022	(37 144,89)	(37 144,89)
VALOR LÍQUIDO	0,00	0,00

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**9.1 Montante de capital social**

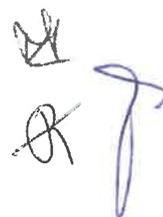
Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha um capital social de 50.010,00 euros, integralmente subscrito e realizado.

9.2 Ações representativas do capital social

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha um capital social de 10.002 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação, totalmente subscrito e realizado.

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2023 decompõe-se como se segue:

Detentor de capital	Nº de ações	Valor nominal	Capital social realizado
Mutuelle Generale de L'Education Nationale	10 002	5,00	50 010,00
	10 002		50 010,00


9.3 Variação do número de ações em circulação durante o período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

Detentor de capital	31.12.2022	Varição	31.12.2023
Integrale Luxembourg SA	3 321	-3 321	0
Integrale, Caisse Comune D'Assurance	13	-13	0
Mutuelle Generale de L'Education Nationale	6 654	3 348	10 002
Mutuelle Generale de L'Education Nationale Vie	13	-13	0
Mutuelle Generale de L'Education Nationale Filia	1	-1	0

9.4 Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica inclui 2.957.900,65 euros referentes a prestações acessórias realizadas pelos acionistas.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta-se como segue:

Descrição	2023	2022
Resultado antes de impostos do período	916.199,77	753.559,36
Imposto corrente	187.905,78	157.495,83
Imposto sobre o rendimento do período	187.905,78	157.495,83
Tributações autónomas	6.458,42	4.031,89
Taxa efetiva de imposto	20,50%	20,90%

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

Saldos credores	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto a pagar	51 894,78	65 407,83
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	49 345,02	29 740,39
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5 871,65	1 834,06
Contribuições para a Segurança Social	42 126,71	30 266,54
Fundo de compensação - FCT / FGCT	-	529,59
	<u>149 238,16</u>	<u>127 778,41</u>


12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das rubricas de Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresentam-se como segue:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Outros créditos a receber		
Fornecedores	15 050,03	8 651,77
Pessoal	148,64	-
Outros devedores	<u>476 799,68</u>	<u>296 327,30</u>
	<u>491 998,35</u>	<u>304 979,07</u>
Outras dívidas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	296 866,64	180 570,74
Outros credores (Nota 6.2)	<u>1 123 972,55</u>	<u>224 290,90</u>
	<u>1 420 839,19</u>	<u>404 861,64</u>

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS
13.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das rubricas de "Financiamentos obtidos" apresentam-se como segue:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Financiamentos obtidos - não corrente		
Outros Financiadores	-	15 918,55
	-	<u>15 918,55</u>
Financiamentos obtidos - corrente		
Empréstimos bancários	16 448,64	4 289,34
Outros Financiadores	<u>15 943,00</u>	<u>5 256,99</u>
	<u>32 391,64</u>	<u>9 546,33</u>

13.2 Detalhe dos contratos de créditos

Financiadora	Nº contrato	Bem	Valor do contrato
Bmw Financial Services	325729	Viatura Bmw I3, 32-UZ-58	42 484,76
			<u>42 484,76</u>

14. DIFERIMENTOS
14.1 Decomposição dos diferimentos conforme quadro seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos a reconhecer - Seguros	3 250,04	3 031,30
Gastos a reconhecer - Rendas	25 985,82	4 717,39
Gastos a reconhecer - Outros	<u>3 923,80</u>	<u>158,76</u>
	<u>33 159,66</u>	<u>7 907,45</u>



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

15. RÊDITOS

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento dos réditos encontram-se divulgados no ponto 4.1, alínea j) acima.

	2023	2022
Prestação de Serviços	4 545 769,77	3 171 154,71
TOTAL	4 545 769,77	3 171 154,71

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as prestações de serviços foram efetuadas no território nacional.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	2023	2022
Trabalhos especializados	315.043,07	190.197,13
Publicidade e propaganda	429.801,99	426.549,79
Honorários	10.152,08	7.503,00
Conservação e reparação	22.988,60	3.941,68
Ferramentas e utensílios	6.512,76	2.277,00
Artigos para ofertas	3.564,00	1.650,00
Material de escritório	62.399,33	24.433,08
Outros materiais	11.132,88	7.161,06
Eletricidade	19.685,88	15.801,06
Água	2.736,48	1.197,81
Deslocações e estadas	94.730,97	132.165,30
Rendas e alugueres	177.326,86	82.167,96
Comunicação	34.087,90	29.776,02
Seguros	7.961,67	1.207,92
Contencioso e notariado	1.477,71	1.397,75
Despesas de Representação	17.944,25	-
Limpeza, higiene e conforto	10.518,96	6.906,91
Outros	65.862,47	20.756,25
	1.293.927,86	955.089,72



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

17. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o pessoal em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações administração	185 755,24	153 275,50
Remunerações do pessoal	1 447 689,49	781 404,08
Encargos sobre remunerações	351 007,58	208 545,71
Seguros de acid trab e doenças prof	12 882,23	8 471,36
Outros gastos com pessoal	<u>210 581,11</u>	<u>159 894,67</u>
	<u>2 207 915,65</u>	<u>1 311 591,32</u>

Em 2023 e 2022 a empresa teve em média 40 e 27 funcionários ao serviço, respetivamente.

18. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo das rubricas de “Outros gastos” e “Outros Rendimentos” discriminam-se como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros rendimentos		
Outros não especificados	<u>65 236,97</u>	<u>878,19</u>
	<u>65 236,97</u>	<u>878,19</u>
Outros gastos		
Impostos	92 140,74	63 690,29
Outros	<u>32 664,54</u>	<u>19 202,62</u>
	<u>124 805,28</u>	<u>82 892,91</u>

19. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os Juros e gastos similares suportados têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 933,66	1 950,47
Outros gastos de financiamentos	-	48,00
	<u>1 933,66</u>	<u>1 998,47</u>

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

20.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de março de 2024. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

20.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



MGEN Distribuição de Seguros, S.A.

Anexo em 31 de dezembro de 2023

20.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de dezembro de 2023.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de administração informa que a situação da Empresa perante a segurança social se encontra regularizada.

A Empresa não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de 728.293,99 € seja transferido para resultados transitados.

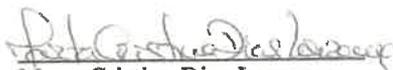
22.2. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa tinha as seguintes garantias prestadas:

- BMW Financial Services – Contrato 325729 – valor 19.181,87 €

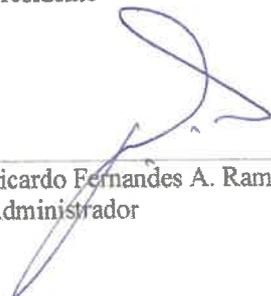
Lisboa, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado


Marta Cristina Dias Lourenço

O Conselho de Administração


Rose Casadevall Tourbe
Presidente


Ricardo Fernandes A. Raminhos
Administrador



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MGEN Distribuição de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.668.333,46 euros e um total de capital próprio de 1.979.205,00 euros, incluindo um resultado líquido de 728.293,99 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MGEN Distribuição de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

AR



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2024

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015

Registado na CMVM com o n.º 20160630





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de administração da MGEN Distribuição de Seguros, S.A., relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Entidade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado e conforme mencionado na Certificação Legal das Contas, é nossa convicção que o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, são suficientemente esclarecedores da situação da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias. Confirmamos ainda que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos legais.

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que a Assembleia Geral da MGEN Distribuição de Seguros, S.A. aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2023.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 27 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630